

O QUE SE PRESERVOU EM JOÃO PESSOA OU DE QUANDO A ARTE E A ARQUITETURA DEFINEM O PATRIMÔNIO CULTURAL DE UMA CIDADE

ALMIR FÉLIX BATISTA DE OLIVEIRA*

Resumo: O presente artigo procura mostrar como a arte e as formas arquitetônicas foram essenciais para a formação do patrimônio preservado na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio; Arte; Arquitetura; João Pessoa.

Abstract: This article attempts to show how art and architectural forms were essential to formation of preserved heritage in the city of Joao Pessoa, state capital of Paraíba, Brazil.

Key-words: Heritage; Art; Architecture; João Pessoa.

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: <almirfbo@yahoo.com.br>.

Introdução

Fundada em 5 de agosto de 1585 com o nome de “Nossa Senhora das Neves”¹, a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, nasceu com o status de cidade, se constituindo na terceira cidade mais antiga do Brasil (após as cidades de Salvador em 1549 e a do Rio de Janeiro em 1565). Inicialmente território da Capitania de Itamaracá, em 1574, a região foi desmembrada por ordem de Dom Sebastião e criada a Capitania Real da Paraíba, com terras demarcadas de Igarassu, indo em direção norte, até a Baía da Traição.

A cidade foi fundada a margem do Rio Sanhauá, jamais vivendo a condição de vila. Tinha como função, além da pacificação e ocupação do território, servir como defesa e apoio militar à Capitania de Pernambuco.² Seu papel administrativo-militar terminou por obrigar a cidade a se manter sem grandes mudanças estruturais em seu traçado inicial, decorrente inclusive, das normas utilizadas pela Coroa Espanhola para construção de cidades nas suas colônias, no momento em que essa dominava a Coroa Portuguesa – União Ibérica – período em que a cidade adotou o nome de “Filipéia de Nossa Senhora das Neves”, em alusão ao Rei Felipe II de Espanha, também Felipe I de Portugal, a não ser pela construção dos conventos, das igrejas e das fortificações militares.

¹ Referência a Nossa Senhora das Neves, santa homenageada na data do dia da aliança com os índios Tabajaras, fato que propiciou a conquista do território resultado da vitória dos portugueses sobre os índios Potiguaras e os franceses.

² Uma das marcas visíveis dessa função foi a construção da Fortaleza de Santa Catarina em Cabedelo, cuja função era proteger a própria capitania, à época produtora de açúcar.

Com solo bastante apropriado, passou logo após a sua ocupação, como a Capitania de Pernambuco, a também produzir cana-de-açúcar e em seus recém construídos engenhos a beneficiar o açúcar para ser comercializado pela metrópole. Em 1634, em decorrência da própria invasão de Pernambuco pelos holandeses (e consequentemente a invasão e ocupação do litoral nordestino por estes) terá seu nome alterado para o de “Friederickstadt” (Cidade de Frederico) ou “Frederica” (uma homenagem feita ao príncipe de Orange, Frederico Henrique de Nassau), permanecendo assim por 20 anos, período de ocupação.

No ano de 1654, com a expulsão e retomada do controle político-administrativo, econômico e militar por parte dos portugueses, a cidade passou a se chamar “Cidade da Parahyba”, permanecendo essa denominação até o ano de 1930, ano da morte do Presidente do Estado, João Pessoa de Albuquerque, assassinado na cidade de Recife e que havia concorrido, na condição de candidato a vice-presidente, juntamente com Getulio Vargas a presidência do Brasil. O fato gerou uma grande comoção popular e em 4 de setembro de 1930 a mudança de nome foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado.³

³ Ocorreu não só a mudança do nome da cidade como também da bandeira do Estado, passando esta a adotar as cores vermelha e preta e a inscrição NEGO em referência ao não apoio do Presidente João Pessoa aos candidatos Júlio Prestes e Vital Soares, chapa apoiada pelo então Presidente Washington Luiz.

A economia paraibana, baseada primeiro na cana-de-açúcar, contando com a participação da produção de algodão⁴ e posteriormente a implantação de indústrias (têxtil, de cigarros e de bens de consumo) propiciou o surgimento de uma arquitetura rebuscada caracterizada não somente pelas construções barrocas (sendo os principais exemplos o Conjunto Arquitetônico dos Franciscanos, composto pelo Convento de Santo Antônio e a Igreja dos Franciscanos, o Convento do Carmo, o Mosteiro de São Bento, além de uma série de casarões dos ricos proprietários de engenhos) bem como uma série de construções em estilo eclético predominantes dos fins do século XIX e início do século XX (Teatro Santa Rosa, Tribunal de Justiça do Estado, entre outros).

A preservação desse patrimônio tem sido feita tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), quando pelo Instituto Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) e tem contado com a parceria dos Governos da Espanha, do Brasil, do Estado da Paraíba e da Prefeitura da João Pessoa. Parceria que através da Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico e do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa vem buscando conservar essas construções. Os processos de intervenção para restauração dos exemplares arquitetônicos têm ficado a cargo da Oficina Escola de João Pessoa, cujo objetivo principal

⁴ Mesmo a cidade de João Pessoa não sendo um pólo produtor de algodão, a arrecadação de impostos bem como melhorias, como a construção da estrada de ferro Great Western, contribuíram para o desenvolvimento da capital.

tem sido o de capacitar jovens excluídos do mercado de trabalho em antigos ofícios que a sociedade industrial – mesmo num espaço periférico como a Paraíba – fez quase desaparecer e que, anteriormente, tão bem haviam edificado a cidade de João Pessoa. Novamente era necessário ensinar o trato com a madeira, o ferro, a cal, a pedra, a terra, etc, para podermos vislumbrar, a partir da integração entre o ensino-aprendizagem, o papel da memória, a preservação dos nossos monumentos, a reconstrução do nosso passado, a significação do nosso presente e a projeção, principalmente em termos de melhoria da qualidade de vida, do nosso futuro.

O efetivo processo de preservação do patrimônio paraibano se inicia na data de 31 de março de 1971, com a assinatura pelo então Governador Ernâni Sátiro do Decreto-Lei n. 5.255, que criava o IPHAEP, que tinha por finalidade a preservação dos bens culturais do Estado que não se encontravam sob proteção e guarda do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e compreenderia os bens de caráter histórico, artístico, folclórico, florístico e arqueológico. Este deveria fazer parte da estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura e os recursos necessários para o funcionamento do Instituto viriam do Fundo Estadual de Cultura, ficando ao encargo do Conselho Estadual de Cultura, num prazo de trinta dias, a elaboração do regulamento de funcionamento do Instituto.

A preocupação com o patrimônio histórico estadual, constituindo-se inclusive um órgão estadual para tratar da questão, deve

ser entendida a partir da análise de uma política maior, cuja finalidade era o desenvolvimento econômico e integração da Região Nordeste ao cenário nacional, implantada pelo Governo Federal em fins da década de 60, início da década de 70. Essa política nacional foi a origem da constituição da quase totalidade dos Institutos Estaduais que teriam, por preocupação básica, os patrimônios históricos nos respectivos Estados e que, de certa forma, não tinham condições de serem protegidos pelo IPHAN, devido a questões técnicas e financeiras.

Essa política planejada e desenvolvida para a integração da Região Nordeste, via mercado turístico, foi responsável inclusive pela iniciativa de organizar dois eventos de extrema importância para a real efetivação dessa política. Os I e II Encontros de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, conhecidos como Compromisso de Brasília e Compromisso de Salvador, em 1970 e 1971. Mesmo tendo sido fundado em 1971, o IPHAEP só teve seu efetivo funcionamento a partir do ano de 1974, como nos relata o Professor Linduarte Noronha, em entrevista, concedida, em 24/10/2002.⁵

Isso aí é um negócio quase folclórico, como tudo na Paraíba. Essa noite da cultura, esse desmembramento foi do SPHAN, em pleno regime militar. O governo federal achou de exigir dos Estados a criação dos Institutos Estaduais e foi criado o nosso IPHAEP. E ficou dormindo durante 03 anos no Diário Oficial, foi publicado. [...]

⁵ Professor Linduarte Noronha foi escolhido pelo Governador Ernâni Sátiro para ser o primeiro presidente do IPHAP e permaneceu no cargo até 16 de março de 1991.

Eu exercia aqui uma função dentro de um órgão do Estado, me aborreci, pedi para ser afastado e o José Carlos Dias de Freitas [...] disse:

E o que queres fazer rapaz?

Vamos fundar o Instituto do Patrimônio, que o governo já criou isso aí, que está dormindo no Diário Oficial, e não faz nada.

Fomos ao Governador [...] sem mais delongas, ele me assinou a portaria, me designando para Presidência do Instituto.⁶

Os inícios do trabalho se deram de forma problemática, principalmente porque a Secretaria de Educação e Cultura não tinha verbas destinadas ao funcionamento do IPHAEP e não existia pessoal qualificado e conhecedor do ofício e muito menos uma sede para abrigar o Instituto.

Tudo bom, mas onde ia funcionar isso?

Não tinha prédio, não tinha coisa nenhuma [...]. Até que eu soube que, na Rua Duque de Caxias, funcionava a escola de música Antenor Navarro, no casarão que fica ali na esquina. Ia desocupar, ia não sei para onde, aí eu agarrei, fui logo para lá, peguei logo a chave que os meninos me deram e fiquei lá sentado no chão, pois não tinha uma cadeira, só tinha telefone.⁷

O Conselho Consultivo (atualmente CONPEC) seria o órgão responsável pela gestão da política de proteção do patrimônio histórico a ser desenvolvida pelo Instituto e iniciou seus trabalhos em 12 de setembro de 1974, contando com a seguinte composição:

⁶ NORONHA, Linduarte. João Pessoa, 24 out. 2002. Entrevista concedida a Almir Félix.

⁷ NORONHA, op. cit., 2002, p. 1.

1 – Vanildo Ribeiro de Lyra Brito – Engenheiro Civil

2 – Lauro Pires Xavier - Botânico

3 – Mario Glauco di Lascio - Arquiteto

4 – Pe. José Trigueiro do Vale

5 – Raul Córdula Filho – Artista Plástico

6 – Fernando Antonio da Silva Oliveira

Com a presidência do mesmo cabendo ao Professor Linduarte Noronha.

Esta composição ficou a cargo do próprio presidente, e mostrou-se bastante eclética nas profissões dos participantes e a princípio eclética também, nas propostas de trabalho. A divisão dos trabalhos foi estabelecida da seguinte maneira: Arqueologia, Ecologia, Obras de Arte (e aí, principalmente, as obras de arte religiosas), Monumentos Históricos e Igrejas, além da possibilidade do levantamento das Artes Plásticas e estudo sobre o Folclore. As discussões realizadas continham preocupações que iam desde a própria falta de estrutura do Instituto, os problemas de competência, e as necessidades de preservação urgente. As propostas de tombamento eram as mais diversas possíveis e geravam problemas, tais como: a quem competia a palavra final do tombamento? Caberia ao Conselho de Cultura essa palavra final.

Mesmo com todas as dificuldades, principalmente pela falta de estrutura e de pessoal especializado, já haviam sido cadastrados mais de 800 imóveis, sendo praticamente todos eles na cidade de João Pessoa. Nesse período é firmado um Convênio com a Prefeitura Municipal de João Pessoa, no qual a mesma ficava obrigada a consultar o IPHAEP em caso de reformas/demolições/alterações

solicitadas à mesma, para que este promovesse parecer quanto à possibilidade de realizá-las. Esses imóveis deveriam constar na “ZPR – Zona de Preservação Rigorosa” ou conter características arquitetônicas ou históricas dignas de preservação.

Esse convênio vai começar a alterar a possibilidade de ecletismo nas suas propostas de atuação. A partir desse momento, a arquitetura passou a ser o eixo central para análise do Conselho em vários projetos. Podemos verificar, através das Atas de Reunião do Conselho Consultivo, que 90% das solicitações direcionadas à Prefeitura e repassadas ao IPHAEP eram: a) mudança de piso; b) retelhamento; c) construção de muros; d) demolição de prédios em ruínas para posterior construção; e) mudanças internas e f) fechamento e abertura de portas e janelas. Alguns termos técnicos passaram a constar com muita frequência nas reuniões, como: volumetria, monitoramento, gabarito, alteração da fachada, área frontal, recuos, tipo do telhado, entre outros. Além disso, os estilos arquitetônicos passaram a constar nos pareceres e discussões realizados pelo Conselho, e serem determinantes para os futuros tombamentos, estilos como: belle époque, neoclássico, art nouveau, estilo colonial, cubismo, regionalismo. Outro fator de grande relevância a ser considerado foi a própria escolha por parte dos membros do Conselho pelo viés arquitetônico, como podemos ver nas palavras do Professor Linduarte:

Exatamente porque a cidade de João Pessoa, capital, sendo a 3ª surgida no Brasil, uma das mais antigas, estava sendo destruída, [...] inclusive, áreas nobres da cidade, [...] o Conselho, a gente começou a ver, começou

a analisar a destruição dos prédios que mereciam realmente uma conservação, principalmente o Varadouro lá de baixo, que a arquitetura e a turma especialista no assunto chamavam de artérias esclerosadas de uma cidade.⁸

Além dessas questões, surgiu um ponto polêmico entre a necessidade de preservação e os donos dos imóveis, qual seja, o direito de propriedade. Esse direito era reivindicado sempre ou até mesmo usado em momentos em que a vigilância não se fazia presente.

Eram prédios particulares, não tinha nada que pertencesse ao governo, com raríssimas exceções.

Mas os proprietários criavam realmente problema, queriam colocar abaixo, queriam modificar.

Um negócio incrível era a mutilação da fachada. Porque criou-se uma mania, aqui em João Pessoa que ainda hoje perdura: um indivíduo cortava um prédio importantíssimo para botar um tipo daquela porta esteira, aquelas portas de correr. [...]

Num estudo da Maciel Pinheiro que fizemos, constatamos que 80% era mutilado, quebrado, destruído, aquelas casas comerciais, o que não acontece em Ouro Preto: ninguém tem a ousadia de cortar uma casa para colocar um carro dentro, fazer uma garagem. Os carros são todos estacionados na rua, de noite, tudo no meio fio, mas aí seria exigir de mais de João Pessoa, pessoal muito rebelde. Aí uma razão só, a preocupação era da arquitetura [...].⁹

Estava assim definida a orientação e o privilégio que o viés arquitetônico assumiria nas discussões do Conselho, viés que, de

⁸ NORONHA, op. cit., 2002, p. 3.

⁹ NORONHA, op. cit., 2002, p. 5.

forma alguma, se diferenciava da política adotada pelo IPHAN desde a sua criação e que, naquele período, ainda mantinha esta conotação.

Descrição de alguns bens tombados pelo IPHAEP

Os monumentos descritos a seguir foram escolhidos por nós mediante alguns critérios estabelecidos:

I – Serem bens edificados na cidade de João Pessoa, considerando que nessa localidade se encontra a maior parte dos tombamentos;

II – Por se tratarem, quase todos, dos primeiros tombamentos realizados a partir do Decreto n. 7.819, de 24 de novembro 1978;

III – Por serem bens imóveis para os quais o IPHAEP produziu uma justificativa para o seu tombamento. Essa documentação foi amplamente divulgada pelo *Jornal Oficial do Governo do Estado – A União*, que usamos como uma das fontes principais de pesquisa.

As análises derivadas do estudo desses bens selecionados comprovam, verdadeiramente, as palavras proferidas pelo Professor Linduarte, no tocante à arquitetura ter sido o viés privilegiado no momento da definição pelo Conselho do que seria tombado pelo IPHAEP, privilégio verificado nas descrições dos traços suntuosos emanados das construções.

Alguns exemplos do patrimônio preservado em João Pessoa

1 – Praça da Independência, Coreto e Obelisco:

Imagem 1. Coreto da Praça Independência



Fonte: Acervo do autor

Tombamento realizado em 26 de agosto de 1980, conforme Decreto de Tombamento n. 8.641. A praça foi planejada no processo de modernização da cidade no início do século XX, sendo um marco, junto com a Av. Epitácio Pessoa, por representar a via de expansão para a Orla Marítima. Contém uma grande diversidade de plantas representativas da flora paraibana, além de exemplares amazônicos, cujas disposições deveriam ter obedecido ao projeto paisagístico criado por Burle Marx. Local de lazer muito frequentado

para a prática de esportes. Em seu centro, encontra-se um Obelisco (tombado em conjunto com a praça) representativo das comemorações (provavelmente, o único monumento intencional no Estado) do Centenário da Independência. A outra construção na Praça é o Coreto que foi construído para a realização dos eventos cívicos que, por ventura, acontecessem no local, sendo hoje ocupado por uma floricultura. Suas características arquitetônicas são ecléticas, onde o *Art Nouveau* se mistura com elementos clássicos para compor a construção. Possui

[...] forma retangular, com hemicíclo abatido na porção sul. O monumento está elevado sobre pódio, podendo nele entrar por três elegantes escadarias guarnecidas de guarda corpos vazados. O perímetro do Coreto é, do mesmo modo, limitado por guarda corpos, interrompidos apenas nos vãos de acesso, que são marcados por elegantes colunas Dóricas lisas.¹⁰

Além disso, existem, em torno da Praça, edificações que demonstram a evolução urbana da cidade, formando um conjunto arquitetônico singular e de grande beleza.

¹⁰ CABRAL, Guilherme. Uma praça de muitos símbolos. *A União*. João Pessoa, 13 dez. 1998. Cultura, p. 13.

Imagem 2. Obelisco da Praça Independência



Fonte: Acervo do autor

2 – Coreto da Praça Venâncio Neiva:

Imagem 3. Coreto da Praça Venâncio Neiva



Fonte: Acervo do autor

A Praça Venâncio Neiva foi inaugurada no dia 27 de julho de 1917 e do seu projeto já constava a construção do Coreto como forma de embelezamento do local e modernização da cidade. Tombado pelo Decreto n. 8.636, de 26 de agosto de 1980, teve, nas suas características arquitetônicas, os motivos do seu tombamento,

[...] um magnífico Coreto, em forma circular, que possui, sobre a balaustrada renascentista, 16 colunas dóricas agrupadas duas a duas. Os capitéis dessas colunas sustentam arquitrave guarnecida de tríglifos, entremeados por métopas circulares em legítimo estilo greco-romano. Essa faixa anelar é encimada por cornija que apóia a platibanda coroada com elementos decorativos barrocos, o que evidencia o ecletismo do Coreto.¹¹

¹¹ CABRAL, Guilherme. Uma relíquia dos anos 20. *A União*. João Pessoa, 25 out. 1998. Cultura, p. 17.

Sofreu a primeira reforma no Governo de Osvaldo Pessoa (1947-1951), quando foram incorporados os banheiros, inexistentes no projeto original. Ruiu em 1994, decorrente de fortes chuvas e do longo período sem reformas. Foi restaurado pelos alunos do Projeto Oficina-Escola com as obras iniciadas em 1995 e concluídas em 2000.

3 – A Balaustrada e os Casarões da Avenida João da Mata:

Imagem 4. Balaustrada – Av. João da Mata



Fonte: Acervo do autor

A Balaustrada é fruto de melhoramentos que iniciaram as mudanças no aspecto colonial da cidade e foram produzidas no Governo Camilo de Holanda (1916-1920). Dali pode-se contemplar uma grande parte de terras da Várzea da Paraíba. Tem, em sua

estrutura, “bancos bem trabalhados, distribuídos harmoniosamente, embelezando a ‘rotunda’ da Balaustrada das Trincheiras, apoiada firmemente sobre uma muralha de sustentação, em pedra calcárea, eliminando a idéias de abismo existente na área”¹² e um pedestal com um busto em homenagem a Camilo de Holanda.

Os casarões são em número de 9, onde podemos encontrar características arquitetônicas ecléticas, *Art Nouveau* e *Art Déco*, seguindo os parâmetros para a construção de mansões urbanas do início do século, com considerável recuo frontal, lateral e de fundo. Um exemplo do ecletismo é o casarão de n. 185, que tem, em sua estrutura, “pilastras caneladas (neoclássicas), aberturas coroadas por bandeiras em arco pleno (barrocas), platibandas com relevo (rococó) e colunas de fuste circular liso (eminentemente grega).”¹³

¹² CABRAL, Guilherme. Um lugar para ver o pôr-do-sol. *A União*. João Pessoa, 27 set. 1998. Cultura, p. 17.

¹³ CABRAL, Guilherme. Uma obra que resiste à ação do tempo. *A União*. João Pessoa, 20 set. 1998. Cultura, p. 20.

Imagem 5. Colégio Dom Pedro II – Av. João da Mata



Fonte: Acervo do autor

Outro exemplar é a antiga Escola de Aprendizes Artífices da Parayba, com o início da construção datada de 1912 e com características *Art Nouveau*, no qual “as janelas são compostas por Caixilhos quadrados, remetendo ao desenho [...] de Charles Mackintosh, na sua célebre escola de Arte de Glasgow, na Escócia.”¹⁴ A Escola foi de grande influência na formação profissional das classes pobres no início do século. O tombamento desses imóveis se deu em conjunto, na data de 26 de agosto de 1980, conforme o Decreto n. 8.627.

¹⁴ CABRAL, Guilherme. Palacete das artes plásticas. *A União*. João Pessoa, 10 jan. 1999. Cultura, p. 13.

Imagem 6. Escola de Aprendizes de Artífices



Fonte: Acervo do autor

4 – Igreja de Nossa Senhora do Carmo:

Imagem 7. Igreja de Nossa Senhora do Carmo



Fonte: Acervo do autor

A Igreja do Carmo (uma das primeiras da Paraíba) teve sua construção iniciada pelos carmelitas, presumivelmente, em 1591. Faz parte de um conjunto arquitetônico com características barrocas, composto pela própria Igreja, pelo Palácio Episcopal e pela Igreja de Santa Tereza, e “formavam um único bloco [...], destacado pelas magníficas obras de lito-talhas esculpidas na pedra calcárea, pelos relevos de seus altares, colunas e nichos, bem como por algumas imagens de Barro autêntico.”¹⁵ Sua estrutura é toda em pedra calcária, e isso conforme a construção em estilo pesado, semelhante ao das fortalezas. É um testemunho do belo trabalho de Arte Colonial desenvolvido na Paraíba. Dos três componentes do conjunto, somente a Igreja do Carmo e o Palácio Episcopal são tombados pelo IPHAEP, conforme os decretos números 20.134, de 2 de dezembro de 1998, e 8.641, de 26 de agosto de 1980, respectivamente.

¹⁵ CABRAL, Guilherme. Quinhentismo na Cidade Alta. *A União*. João Pessoa, 20 dez. 1998. Cultura, p. 13.

5 – A Biblioteca Pública do Estado:

Imagem 8. Biblioteca Pública do Estado



Fonte: Acervo do autor

O prédio da Biblioteca Pública do Estado teve o início da sua construção em 26 de março de 1874, pelo Barão de Abiaí, com a finalidade de abrigar a Escola Normal. Passou, em seguida, a ser ocupado pelo Supremo Tribunal de Justiça, sendo a Escola transferida para o Palácio Presidencial das Trincheiras, hoje o Núcleo de Arte Contemporânea (NAC). Posteriormente, com a transferência do Supremo Tribunal para o atual Palácio da Justiça, o prédio passou a abrigar a Biblioteca Pública, criada em 1875, que funcionava no Paraíba Palace Hotel, permanecendo aí até a década de 80, quando se deu sua transferência para o Espaço Cultural.

Em 1983, passou a ser sede do jornal *A União*. Ficando desocupado de 1985 a 1998, quando da sua reinauguração novamente como Biblioteca Pública, após restauração promovida pela Comissão permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa. Foi tombado através do decreto n. 8.626, de 26 de outubro de 1980, e constitui um exemplar típico da arquitetura neoclássica do final do século XIX.

6 – Conjunto Urbanístico Educacional – Liceu Paraibano, Instituto de Educação da Paraíba e a Escola de Aplicação:

Imagem 9. Liceu Paraibano



Fonte: Acervo do autor

O Liceu Paraibano, o Instituto de Educação da Paraíba e a Escola de Aplicação constituem um conjunto harmônico de linhas arquitetônicas de características modernistas, no momento em que

esse movimento se fazia unânime entre os especialistas. As construções datam da década de 30, início da década de 40, entre os governos Argemiro Figueiredo e José Américo de Almeida.

O prédio do Liceu foi construído para abrigar o educandário que funcionava, anteriormente, na antiga casa do Colégio dos Jesuítas. Considerado o melhor colégio da Paraíba, entre as décadas de 50 e 60, foi o local formador da elite letrada do estado. O Instituto de Educação da Paraíba e a Escola Modelo foram construídos decorrentes da política do Governo Argemiro de Figueiredo, que visava privilegiar a instrução pública, procurando aumentar a escolaridade no Estado, bem como aprimorar a formação de quadros para atuação no magistério. O conjunto foi tombado pelo decreto n. 8.644, de 26 de agosto de 1980.

7 – Prédio da Faculdade de Direito:

Imagem 10. Faculdade de Direito



Fonte: Acervo do autor

O prédio da Faculdade de Direito fez parte de um conjunto arquitetônico composto por três edificações – o Convento, a Capela e o Colégio de São Gonçalo – construídos pelos jesuítas no início da colonização da Paraíba. Contém características da arquitetura civil do Brasil colônia, quando o Barroco era o estilo predominante. Esse conjunto arquitetônico foi abandonado quando ocorreu a expulsão definitiva dos jesuítas pelo Marquês de Pombal. Posteriormente, o conjunto transformou-se na sede do Governo da Província da Paraíba, hoje Palácio da Redenção.

A Igreja foi demolida em 1929, restando apenas a torre do templo, incorporada ao prédio do colégio. O monumento ainda abrigou o Liceu Paraibano, até a sua transferência para sua atual sede e a Escola Normal, além de ter sido sede provisória do Governo e de repartições, como a Secretaria da Educação e Assembléia Legislativa. Foi tombado pelo decreto n. 8.630, de 26 de agosto de 1980.

8 - Teatro Santa Roza:

Imagem 11. Teatro Santa Roza



Fonte: Acervo do autor

Construído em fins do século XIX (1873), ainda no período imperial, no último governo provincial de Francisco Luiz da Gama Roza, foi, por muito tempo, casa de apresentação cinematográfica. É uma das mais antigas casas de espetáculo do Brasil e contém, em

suas linhas arquitetônicas, a forma neoclássica como estilo de construção, sendo considerado um dos monumentos mais expressivos da arquitetura civil da Paraíba. Foi tombado conforme o decreto n. 20/36, de 2 de dezembro de 1998. Restaurado recentemente, dois materiais destacam-se na sua construção: a pedra calcária e o pinho de Riga.

Considerações finais

O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado e erigido a categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro na data de 6 de dezembro de 2007 pelo IPHAN e teve sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Um dos argumentos principais é o fato de ser a terceira cidade mais antiga do Brasil e podemos, por meio da citação a seguir, indicar alguns outros argumentos que motivaram o tombamento:

Com o reconhecimento, veio também o compromisso maior de preservar essa área tão importante para manter vivas a história e a identidade do povo pessoense e também para entender o processo de surgimento das primeiras cidades brasileiras. A área delimitada possui bens que representam vários períodos da história de João Pessoa, a exemplo do barroco da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco; do rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; do estilo maneirista da Igreja da Misericórdia; da arquitetura colonial e eclética do casario civil, além do art-nouveau e o art-déco, das décadas de 20 e 30, predominantes na Praça Antenor Navarro e no Hotel Globo.¹⁶

¹⁶ JOÃO PESSOA (Município). *Prefeitura Municipal de João Pessoa*. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/propacjp/>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

Podemos observar que além dos motivos históricos e paisagísticos, o apelo às características arquitetônicas e aos estilos artísticos ainda são muito fortes, levando inclusive a conformação de um tipo de cidade característica não só de João Pessoa, mas de outras áreas com seus centros históricos protegidos, como Olinda (PE), Salvador (BA), Ouro Preto (MG), para ficarmos em alguns exemplos nacionais, assim como uma cidade turística, com seus pontos de visita, nos quais supostamente se inscrevem as memórias, as histórias e as identidades de seus antigos e atuais moradores.

Os estudos e as pesquisas tentando entender e historicizar estes processos de preservação, tanto nacionais quanto locais, tem se caracterizado como algo recente e muito novo no campo dos estudos históricos, bem como na prática de trabalho e de atuação dos historiadores, constituindo-se, já a bastante tempo, em um campo próprio e restrito ao trabalho dos arquitetos e, nesse sentido, talvez encontremos uma explicação bastante plausível para o forte apelo aos estilos artísticos e arquitetônicos nos momentos da realização dos tombamentos.

O papel da arquitetura e das artes, definindo o que será preservado oficialmente, acima de tudo configurou-se em uma das características herdadas pelos institutos estaduais e municipais da política pública implementada pelo IPHAN durante praticamente toda a sua atuação na defesa do patrimônio nacional e foi copiada por estes, inclusive, no tocante a própria legislação de proteção e

preservação desses patrimônios. Pelos exemplos observados (inclusive tomadas as descrições nos jornais e na documentação oficial produzida pelo IPHAEP) podemos verificar a força exercida pela arquitetura e pelas artes no momento de definir o que seria produzido/definido como patrimônio a ser preservado na cidade de João Pessoa. Os discursos constituídos e reproduzidos levaram em conta somente esses aspectos (mesmo que por vezes permeados por aspectos históricos) e os tomaram como valores intrínsecos e únicos definidores do patrimônio histórico-cultural pessoense.

Nesse sentido, até mesmo propostas mais ecléticas, como as formuladas dentro de órgãos como o CONPEC-IPHAEP (preservação de árvores-monumentos e locais como o Altiplano-Cabo Branco; o mapeamento da Bacia do Rio do Peixe no Município de Sousa, para o tombamento da área onde se encontravam os vestígios de pegadas de dinossauros; a construção e tombamento de Parques de Flora Medicinal nas principais cidades do Estado; propostas de preservação e estudos do folclore paraibano, entre uma série de outras propostas abandonadas pelo Conselho) terminaram por ser esquecidas ou cederam a essa política da preservação da *pedra e cal*. Dessa forma, justificada pela luta contra a especulação imobiliária, o descaso dos proprietários dos imóveis e a própria ação devastadora do tempo, as formas arquitetônicas e os estilos artísticos terminaram por se sobrepor aos outros argumentos de preservação.

Portanto, sem juízos de valor ou de mensurar se essa perspectiva adotada estava certa ou não, gostaríamos de lembrar que outras possibilidades existiram, que estas outras possibilidades poderiam ter sido conformadas e que as escolhas poderiam ter sido múltiplas e plurais, levando a outra direção, como nos aponta o depoimento da Professora Déa Ribeiro Fenelon quando à frente do Departamento do Patrimônio Histórico, órgão integrante da Secretaria Municipal de Cultura, da cidade de São Paulo:

Patrimônio histórico não é só o patrimônio edificado, há mais coisas para se considerar como patrimônio. A idéia de que há uma vivência a recuperar, que essa cidade, que é um patrimônio histórico, pertence à sua população, que deve decidir sobre o seu patrimônio, sobre a sua vida, sobre os modos de vida. Nós queríamos registrar esses modos de vida tão diferenciados. Portanto, essa cidade tem direito à sua memória, não da maneira como estava sendo definido. [...] Foi uma tentativa de testar a possibilidade do trabalho histórico em outra área, em outra dimensão, de implementar projetos de organização de arquivos e de centros de memória nos movimentos populares, não para trazer a memória desses movimentos para dentro do Estado, mas para ajudá-los a montar o seu centro de memória [...].¹⁷

Nesse contexto, os avanços verificados nos últimos 20 anos em relação às características definidoras dos novos patrimônios a serem preservados têm nos demonstrado que não podemos nos restringir unicamente a características arquitetônicas ou as belas artes, mas que poderíamos/podemos ir mais além, como nos refere tão bem a Profa. Déa em suas palavras acima.

¹⁷ SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

Referências Bibliográficas

- CABRAL, Guilherme. Palacete das artes plásticas. *A União*. João Pessoa, 10 jan. 1999. Cultura, p. 13.
- _____. Quinhentismo na Cidade Alta. *A União*. João Pessoa, 20 dez. 1998. Cultura, p. 13.
- _____. Um lugar para ver o pôr-do-sol. *A União*. João Pessoa, 27 set. 1998. Cultura, p. 17.
- _____. Uma obra que resiste à ação do tempo. *A União*. João Pessoa, 20 set. 1998. Cultura, p. 20.
- _____. Uma praça de muitos símbolos. *A União*. João Pessoa, 13 dez. 1998. Cultura, p. 13.
- _____. Uma relíquia dos anos 20. *A União*. João Pessoa, 25 out. 1998. Cultura, p. 17.
- JOÃO PESSOA (Município). *Prefeitura Municipal de João Pessoa*. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/propacjp/>>. Acesso em: 5 abr. 2011.
- NORONHA, Linduarte. João Pessoa, 24 out. 2002. Entrevista concedida a Almir Félix.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

Recebido em 4 de abril de 2011; aprovado em 13 de dezembro de 2011.